



29 DE JUNHO DE 2011

Quarta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **FRANCESA É ESCOLHIDA PARA COMANDAR O FMI**
- **CRÉDITO CRESCE NO PAÍS, MAS INADIMPLÊNCIA TAMBÉM SOBE**
- **PETROBRAS ANUNCIA "MAIOR DESCOBERTA" DO PRÉ-SAL NA BACIA DE CAMPOS**
- **MERCOSUL PROCURA HARMONIZAR POLÍTICAS**
- **RICARDO BARROS DEIXA GOVERNO PARA DISPUTAR ELEIÇÃO DA FIEP**
- **GOVERNANÇA PREVINE PASSIVO TRABALHISTA**
- **AUMENTA NÚMERO DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS NO PAÍS**
- **PREVIDÊNCIA ANTECIPARÁ 13º A APOSENTADOS PARA AGOSTO**
- **PREVIDÊNCIA QUER COMPENSAÇÃO POR DESONERAÇÃO DA FOLHA**
- **JUNTA COMERCIAL ABRIRÁ 15 NOVOS ESCRITÓRIOS NO PARANÁ**
- **CODEFAT APROVA CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO ABONO SALARIAL**
- **REGRAS RESTRINGEM BIOTECNOLOGIA NO PAÍS**
- **FUNDOS LEVANTAM R\$ 1,8 BI COM IPOS**
- **TST DISCUTE TERCEIRIZAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA**
- **PRESIDENTE DO BID DESTACA BRASIL NA AMÉRICA LATINA**

Câmbio Em 29/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,573	1,575
Euro	2,267	2,271

Fonte: BACEN

Francesa é escolhida para comandar o FMI

29/06/2011- Gazeta do Povo

A comissão executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) nomeou oficialmente ontem Christine Lagarde como a próxima diretora-gerente da entidade, depois que a ministra de Finanças da França obteve o apoio dos Estados Unidos e de várias grandes nações emergentes. Ela será a primeira mulher a ocupar o cargo, mas será o 11.º europeu a ocupá-lo consecutivamente. Lagarde foi apontada para um mandato de cinco anos que começa em 5 de julho.

No posto, ela terá um papel crítico nas negociações de financiamento para os pacotes de ajuda na Europa durante a atual crise da dívida soberana, um problema que ameaça colocar em risco a frágil recuperação global. A nomeação encerra um processo seletivo de cinco semanas para substituir Dominique Strauss-Kahn, que renunciou no mês passado após ser indiciado sob acusações de agressão sexual em Nova York.

Brasil anuncia apoio na última hora

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, que declarou ontem apoio formal do Brasil à candidatura de Christine Lagarde, reclamou que o processo de deliberação foi muito curto, impossibilitando uma discussão e um aprofundamento maior da posição

brasileira. “Esperamos que o processo seja mais demorado na próxima eleição”, disse Mantega.

Segundo ele, a escolha brasileira se deveu à experiência, ao currículo e o conhecimento das questões mundiais da ministra francesa, mas sobretudo pelo seu comprometimento em continuar as reformas e a modernização no FMI. “Essa reforma inclui continuar a aumentar a posição dos países emergentes, que hoje têm mais voz e mais votos nas decisões do fundo”, afirmou.

Para Mantega, a decisão não significa a escolha de uma candidatura europeia. “É por mérito”, disse. Segundo ele, é preciso desfazer um “velho acordo”, que vem desde a década de 1940, de que sempre um europeu dirige o FMI e um americano comanda o Banco Mundial. “O (ex-diretor) Strauss-Kahn já era um europeu que teve comportamento global. Queremos que na próxima eleição não venham com essa história. Pode até ser um europeu, mas tem de haver competência”, acrescentou. Para Mantega, a francesa não deverá olhar apenas para a crise europeia, mas também para os outros países.

O ministro afirmou que a decisão brasileira foi conversada com outros países, como África do Sul, Argentina e Rússia. Na segunda-feira, a China já havia anunciado apoio a Christine. “Buscamos formar um consenso sobre o que queremos para o FMI. Não só no sentido de fiscalizar os países emergentes, mas fiscalizar mais os países avançados, que têm causado crises econômicas”, afirmou.

Além disso, segundo Mantega, o Brasil deseja aumentar a participação dos emergentes nas diretorias do Fundo. Outra reivindicação é de que não haja restrições ao controle de capitais. Para o ministro, o FMI precisa continuar atuando em sintonia com o G-20 que, segundo Mantega, é o principal órgão de coordenação da economia mundial.

O apoio declarado pelos EUA horas antes da nomeação garantiu que o FMI preservasse a tradição de sete décadas, de um europeu liderando o Fundo, enquanto o Banco Mundial fica a cargo de um norte-americano. O apoio também da Europa, da China, do Brasil e da Rússia deu uma clara maioria dos 24 países com assento na comissão para a escolha de Lagarde. Seu rival, o mexicano Agustín Carstens, em nenhum momento conseguiu garantir o mesmo apoio amplo de economias desenvolvidas ou emergentes. Ele recebeu apoio público de apenas três países da comissão. Dada a massa de votos, a comissão deixou de lado o voto formal e optou por nomear o próximo dirigente do FMI por consenso. Pouco depois da nomeação, Carstens concedeu a derrota e manifestou apoio à nova diretora-gerente.

Christine Lagarde, por sua vez, exortou a oposição conservadora da Grécia a apoiar o governo socialista e aprovar as novas medidas de austeridade para recolocar as finanças públicas do endividado país nos trilhos. Ela também disse que todos os credores gregos precisam estar envolvidos nas discussões para rolar a dívida soberana da Grécia, o que será crucial para garantir um novo financiamento para o país.

“Se há uma mensagem que eu deva enviar hoje [ontem] é dizer que a oposição grega precisa se unir à entente nacional com o partido que está no poder”, disse, em

entrevista ao canal de televisão francês TF1 minutos depois de sua nomeação formal para o Fundo Monetário Internacional. Os comentários de Lagarde como nova dirigente do FMI foram feitos no momento em que os ministros de Finanças da zona do euro se preparam para a reunião do próximo domingo, em Bruxelas, para discutir um segundo pacote de socorro para a Grécia, no qual a participação dos credores privados do país terá papel fundamental.

Os bancos franceses apresentaram um plano pelo qual os detentores privados de bônus soberanos da Grécia teriam de aceitar rolar uma larga parcela da dívida quando ela vencer. O plano deverá estar no centro das discussões do fim de semana. "Todos os credores devem ficar ao lado da Grécia, mas a Grécia também precisa ser responsável e manter um olhar atento em suas finanças públicas e naqueles que são mais vulneráveis", disse Christine. Ela acrescentou que uma saída da Grécia da zona do euro seria o pior cenário, que precisa ser evitado a todo custo "de uma forma coordenada, coletiva".

Crédito cresce no país, mas inadimplência também sobe

29/06/2011- Gazeta do Povo

O estoque de crédito da economia brasileira cresceu 1,6% em maio ante abril, atingindo R\$ 1,804 trilhão, equivalente a 46,9% do PIB – em abril, o estoque equivalia a 46,6% do PIB. De acordo com os dados da nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro divulgados ontem pelo Banco Central, em 12 meses até maio a expansão do crédito é de 20,4%. No ano, a alta está em 5,8%. O chamado crédito livre teve crescimento de 1,6% no estoque das operações em maio ante abril. O estoque do crédito com recursos direcionados apresentou a mesma alta, de 1,6%. No entanto, a inadimplência no crédito com recursos livres atingiu em maio 5,1%, ante 4,9% em abril – essa é a maior taxa de inadimplência desde maio do ano passado, quando foi também de 5,1%.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel, afirmou que o aumento da inadimplência era esperado em função da elevação das taxas de juros e inflação mais alta no início do ano, fatores que aumentam o comprometimento de renda das famílias. Segundo ele, os atrasos nos pagamentos de crédito de até 90 dias antecipavam a alta da inadimplência.

Maciel acredita que haverá uma reversão no movimento de alta no segundo semestre de 2011. "A tendência desse movimento é de acomodação da taxa de inadimplência, porque estamos tendo expansão da economia, da renda e do emprego", afirmou. Maciel afirmou que, pelo histórico do BC, as taxas ainda estão dentro de um padrão normal. Ele destacou que a taxa de inadimplência em maio, de 5,1%, é a mesma de maio do ano passado. Para pessoas físicas, ficou mais baixa: 6,4% no mês passado e 6,8% em maio de 2010.

Média

A média diária de concessões de crédito livre caiu 5,3% em maio ante abril, de acordo com os dados divulgados do Banco Central. No acumulado do ano, a média diária de concessões tem crescimento de 5%; nos últimos 12 meses, alta de 8%. A média diária de concessões para pessoa física teve queda de 4,6% em maio ante abril. No ano, a média nesse segmento subiu 10,8% e, em 12 meses, 11,1%. Para pessoa

jurídica, houve queda de 5,8% na média diária de concessões em maio ante abril, mas no ano ainda há alta de 1,3% e, em 12 meses, de 6,1%.

Nas operações para pessoa física, as concessões acumuladas no mês tiveram alta de 10,5% ante abril. No ano, a expansão é de 6% e, em 12 meses, de 16,4%. Para pessoa jurídica, a elevação ante abril foi de 9,1%, mas no ano ocorre queda de 3,1% e, em 12 meses, a expansão é de 11,1%.

Juros

A taxa de juros no crédito livre subiu de 39,9% ao ano, em abril, para 40% em maio. Os juros dos financiamentos subiram 5 pontos percentuais, no acumulado do ano, até maio, e 5,1 pontos percentuais nos últimos 12 meses. Nas operações de pessoa física, a taxa de juros permaneceu estável, em 46,8% ao ano. Por outro lado, a taxa para pessoa jurídica subiu de 31%, em abril, para 31,1% em maio.

Petrobras anuncia "maior descoberta" do pré-sal na Bacia de Campos

29/06/2011- Gazeta do Povo

O consórcio formado pela Petrobras, em parceria com as companhias estrangeiras Repsol Sinopec e Statoil, anunciou ontem ter descoberto dois níveis de petróleo de boa qualidade no poço exploratório Gávea. A estatal brasileira disse tratar-se da principal descoberta já feita na camada do pré-sal na Bacia de Campos (litoral norte do Rio de Janeiro).

Gávea (poço 1-REPF-11A-RJS) está a 190 quilômetros da costa fluminense. É um poço de águas bastante profundas. A perfuração realizada pelo navio sonda Stena Drillmax I, em águas de 2.708 metros de lâmina, atingiu a profundidade final de 6.851 metros. Nos comunicados divulgados na internet, as associadas ao consórcio limitam-se a falar na expressividade da descoberta, mas omitem o volume de óleo estimado no poço.

O Gávea integra o bloco BM-C-33, na região batizada de Parque das Baleias, tida, até hoje, como o maior reservatório do pré-sal na Bacia de Campos. A estimativa de reservas ali é de 3,5 bilhões de barris de petróleo equivalente nos seis poços abertos. Só nos dois primeiros poços abertos estimava-se uma reserva de 1,5 bilhão a 2 bilhões de barris de petróleo equivalente. De acordo com o comunicado da Petrobras, o consórcio analisa os resultados do óleo extraído do poço antes de dar continuidade ao trabalho de exploração e avaliação da área.

A Petrobras é minoritária na composição do consórcio, com 30%. A Statoil, da Noruega, tem 35%. Também com 35%, a Repsol Sinopec é a operadora do consórcio. Em dezembro do ano passado, a gigante espanhola Repsol e a petroleira chinesa Sinopec uniram-se para a exploração de blocos obtidos nas licitações brasileiras. A joint venture é a companhia estrangeira que lidera os direitos de exploração petrolífera nas bacias de Santos, de Campos e do Espírito Santo. Ela é a operadora em seis em 16 blocos dos quais participa.

Segundo o divulgado pela Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi informada em março deste ano sobre a existência de

indícios de hidrocarbonetos no poço exploratório Gávea, para o primeiro nível. No mês seguinte, houve a comunicação formal de que também em um segundo nível foram encontrados indícios da existência de petróleo.

Mercosul procura harmonizar políticas

29/06/2011- Gazeta do Povo

O Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo do Mercosul, decidiu ontem empreender medidas de aprofundamento de coordenação macroeconômica do bloco regional. O conselho, formado por ministros de Relações Exteriores e de Economia dos países sócios, criou grupos permanentes de trabalho nas áreas fiscal, monetária e financeira, balanço de pagamentos, diálogo macroeconômico e divulgação para harmonizar as estatísticas entre os países, segundo documento divulgado em Assunção, onde se realiza a 41.ª Cúpula do Mercosul.

Na tentativa de encaminhar soluções para um dos maiores problemas no comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, as chamadas assimetrias, os ministros decidiram criar um grupo de trabalho específico para avançar em projetos que possam compensar as diferenças entre os países. O grupo terá a tarefa de identificar os pontos de desigualdades entre os sócios e gerar uma instância para o planejamento estratégico do Mercosul. Está prevista a participação não só de organismos de governo, mas também de instituições acadêmicas.

Ricardo Barros deixa governo para disputar eleição da Fiep

29/06/2011- Gazeta do Povo

O secretário de Estado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, pediu licença do cargo ontem para disputar a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), marcada para 3 de agosto. Além da função no governo estadual, Barros também deixou a presidência do Partido Progressista (PP) no Paraná. Até a definição do processo eleitoral, o diretor-geral Ercílio Santinoni assume o comando da secretaria. O deputado federal Nelson Meurer será o presidente do PP pelos próximos quatro anos.

A falta de consenso entre situação e oposição foi o principal motivo que levou Barros a lançar a sua candidatura. Antes mesmo da publicação do edital, os empresários Edson Campagnolo, candidato da situação, e Carlos Walter, da oposição, já haviam confirmado a inscrição de chapas na eleição da entidade – o prazo termina em 8 de julho. Apesar do anúncio, Barros ainda acredita na possibilidade de consenso entre as partes. “A minha candidatura é para forçar a discussão. Vamos aguardar as próximas reuniões”, afirma.

Campanha

Apesar da indefinição do cenário, Barros já iniciou uma campanha. Ontem, o candidato visitou alguns sindicatos em Curitiba, tarefa que vai repetir hoje em Maringá. “Até o fim da semana vou visitar todo o Paraná”, afirma.

Sobre um eventual apoio do governador Beto Richa (PSDB) à sua candidatura, Barros deixou aberta a possibilidade. “Nós trabalhamos juntos no passado e vamos continuar trabalhando juntos”, diz, fazendo referência à eleição do ano passado, quando era candidato ao Senado e participou de diversas ações ao lado de Richa. Ainda de acordo

com Barros, a possibilidade de deixar a administração estadual já estava acordada com o governador antes mesmo de assumir o cargo de secretário de Indústria e Comércio.

A experiência como prefeito de Maringá e deputado federal por quatro mandatos será a plataforma de campanha de Barros. De acordo com o candidato, a indústria paranaense precisa retomar a competitividade, processo que somente é possível se questões como legislação trabalhista, desburocratização e investimentos avançarem. "Os conhecimentos que detenho são suficientes para que esses problemas se resolvam", diz.

Caso seja eleito presidente da Fiep, Barros não vai retomar as funções de secretário, apesar de não existir impedimento legal para o acúmulo de cargos. Ele apenas utilizaria o período entre agosto e outubro, quando ocorre a posse, para conduzir o processo de substituição.

Governança previne passivo trabalhista

29/06/2011- Gazeta do Povo

Para reduzir os custos com reclamações trabalhistas, as empresas estão cada vez mais adotando a prevenção como arma. Para isso, o departamento jurídico das companhias está passando por uma reformulação. Antes especializado na defesa de ações judiciais, esse setor agora também vem sendo utilizado para fazer um trabalho de inteligência, amparando as iniciativas da empresa de forma clara dentro da legislação trabalhista brasileira, conhecida por sua complexidade. Advogados inclusive batizaram esse conjunto de regras como governança trabalhista, pegando carona no sucesso do termo governança corporativa.

Lilliana Bortolini Ramos, advogada trabalhista e sócia do escritório curitibano Becker, Pizzatto & advogados Associados, conta que a demanda pelo serviço vem crescendo. "É um trabalho em equipe realizado entre o departamento jurídico e o de recursos humanos. A empresa estabelece seus objetivos estratégicos, e a gente atua com o RH para propor um plano de ações e depois realizar o trabalho de monitoramento dos indicadores estabelecidos", afirma. Melhorar a relação com os sindicatos, fazer pesquisas de clima organizacional e adotar políticas de capacitação dos colaboradores são algumas das medidas usadas pela governança trabalhista, segundo ela.

O grupo de publicidade OpusMúltipla, que conta com 108 funcionários, é um exemplo de empresa que vem praticando a ideia. Desde 2009, seu plano estratégico anual contempla indicadores ligados à área de gerenciamento das relações de trabalho. Além disso, o grupo conta com a consultoria de um escritório de advocacia para a implementação de qualquer iniciativa relacionada aos colaboradores. "Contratamos o escritório para termos maior certeza de que todos os nossos procedimentos e normas internas de relações com os funcionários estejam dentro da lei. Às vezes até a CLT [Consolidação das Leis de Trabalho] é omissa, então é preciso pesquisar bem a jurisprudência", diz João Namir Moro, diretor administrativo-financeiro do Grupo OM. "A gente não espera mais que um funcionário entre com uma reclamação para então tomar uma providência. O objetivo é sempre se antecipar e evitar qualquer conflito futuro", afirma.

Um dos pontos observados pela agência de publicidade para monitorar a eficácia do serviço é a taxa de rotatividade de funcionários. Devido à escassez de talentos e à

legislação que onera o empregador, o custo da perda de um colaborador costuma ser bastante alto para as empresas brasileiras. "A retenção é importante. Por isso o trabalho precisa ser preventivo, e não corretivo", afirma Moro.

Para Lilliana, a ideia de que no Brasil o trabalhador sempre vence as ações na Justiça deixou de ser uma realidade. "É um mito. A indústria do dano moral, que já existiu no passado, hoje não existe mais. Se você faz um trabalho preventivo e mostra ao juiz toda a documentação relacionada aos funcionários, as chances de sucesso são enormes", diz.

Aumenta número de trabalhadores estrangeiros no país

29/06/2011- Gazeta do Povo

O governo brasileiro autorizou a entrada de 13.034 estrangeiros para trabalhar no país no primeiro trimestre deste ano, conforme dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número é 13% maior que no período de janeiro a março de 2010 – na ocasião, foram concedidas 11.530 autorizações, conforme a Coordenação Geral de Imigração (CGI) do MTE. Segundo a nota do ministério, o crescimento da procura de trabalho no Brasil reflete a expansão econômica do país. Além disso, o Brasil concedeu autorizações por questões humanitárias, realização de shows e trabalho temporário, de acordo com o coordenador geral de imigração e presidente do Conselho Nacional de Imigração (Cnig), Paulo Sérgio de Almeida.

"Foram concedidas a haitianos autorizações para permanência no Brasil, por questões humanitárias. A realização de espetáculos no Brasil também aumentou, elevando em aproximadamente 700 autorizações para artistas estrangeiros, e cerca de 900 autorizações a mais foram concedidas para tripulantes a bordo de navios de turismo estrangeiro operando no Brasil", detalhou Almeida por meio de nota do ministério.

O MTE salientou que o número de estrangeiros com títulos de mestres, doutores e pós-graduados e que procuraram o Brasil no primeiro trimestre dobrou de um ano para o outro, passando de 163 em 2010 para 323 este ano. De qualquer forma, mais da metade das pessoas de outros países que receberam o aval do governo para trabalhar em terras brasileiras possui nível superior completo de escolaridade ou equivalente, um total de 6.831 pessoas.

Pré-sal

Desde a descoberta de petróleo em território nacional, tem sido grande a entrada de estrangeiros no Brasil para trabalhar nessa área. O ministério divulgou que as autorizações para profissionais que trabalham a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira que operam no Brasil, prestando apoio ao setor da exploração e produção de petróleo e gás no mar, somaram o maior número entre as temporárias; um total de 3.710 concessões. Apesar do número robusto, houve queda no volume de entrada em cerca de mil autorizações de janeiro a março de 2011 na comparação com o mesmo período de 2010.

Entre os estados que mais receberam trabalhadores estrangeiros no período estão o Rio de Janeiro, com 5.286 autorizações concedidas; São Paulo, com 4.990; e Minas Gerais, com 550. O Piauí foi o único estado que não recebeu nenhum trabalhador estrangeiro.

Por país de origem, a maior quantidade de trabalhadores com autorizações concedidas entre janeiro e março veio dos Estados Unidos, em um total de 1.857 autorizações. Em seguida estão Filipinas (1.183), Reino Unido (1.042) e Alemanha (759). Entre os países da América do Sul, a maior quantidade de autorizações foi para os colombianos, com 221. Entre os países do Mercosul, a Venezuela lidera a lista, com 141 autorizações concedidas.

Previdência antecipará 13º a aposentados para agosto

29/06/2011- Gazeta do Povo

A antecipação do pagamento do 13º salário a aposentados e pensionistas neste ano será em agosto, confirmou nesta terça o ministro da Previdência Social, **Garibaldi Alves Filho**. "Não haverá problema na antecipação do pagamento do 13º em agosto", disse. Segundo o ministro, no entanto, falta ainda uma decisão conclusiva do governo sobre a proposta de antecipação do pagamento mês a mês nos próximos anos. A expectativa é de que em 2012 o pagamento seja realizado em julho e em 2013, em junho.

Previdência quer compensação por desoneração da folha

29/06/2011- Gazeta do Povo

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, disse nesta terça-feira (28) que espera receber uma "garantia concreta" do Ministério da Fazenda de que a arrecadação da Previdência não diminuirá depois da desoneração da folha de pagamentos. "A Fazenda vai dar (compensação), não é? Afinal, o prejuízo vai ser de todos. Não adianta querer dizer que a Previdência que se vire", comentou. Governo e centrais sindicais e patronais discutem uma forma de mudar a cobrança de tributos que hoje incidem diretamente sobre a folha.

Mesmo acreditando que qualquer aumento de déficit será coberto pelo Tesouro Nacional, como já ocorre atualmente, o ministro quer saber exatamente onde encontrará recursos para cobrir déficits futuros. "Quero saber onde vão botar o dinheiro que tem que parar na Previdência", disse.

Mais do que a desoneração da folha, o principal motivo da preocupação do Ministério da Previdência Social envolve o cenário no momento posterior a essa decisão, ou seja, com eventuais mudanças que poderão ocorrer no sistema tributário brasileiro.

À Previdência, assusta a possibilidade de passar a vigorar um tributo incidente sobre o faturamento das empresas - e não mais sobre a folha de pagamento - e que isso gere mais volatilidade para a arrecadação previdenciária. "Em momentos de crise, não se demite de imediato, como ocorre com o faturamento", comparou o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim. Para ele, a situação é mais preocupante porque a pasta precisa trabalhar com um horizonte de estimativas de 40 anos.

"A preocupação é com o pós (desoneração da folha). Qual será a dinâmica sobre a folha de pagamento?", questionou o secretário.

A Previdência não conta com uma queda da arrecadação, porque imagina que essa volatilidade possa ser compensada de outras formas. Para se ter uma ideia, apenas a

contribuição patronal sobre a folha de pagamentos foi de R\$ 93 bilhões no ano passado, de um total de receitas de R\$ 213 bilhões. Este ano, a perspectiva é de que seja um pouco maior, de pouco mais de R\$ 100 bilhões.

A Fazenda concorda, segundo o secretário, que a mudança não seja automática, mas ocorra de forma progressiva. O período de transição, no entanto, ainda está sendo discutido. A proposta final do governo sobre o assunto está para ser divulgada "em breve". "Estamos naturalmente esperando, pois há preocupação muito grande sobre desoneração", afirmou o ministro Garibaldi Alves Filho. Ele quer que a pasta seja compensada no caso de perdas de arrecadação. "Eu diria até ressarcida, porque não podemos perder a arrecadação", disse.

Mesmo a proposta de tributação sobre o faturamento, que está em estudo no momento, não é tão pacífica, conforme Garibaldi. "Há setores empresariais que ponderam sobre essa proposta. Nem tudo que parece acertado é tão pacífico, mas a desoneração da folha produz consenso entre governo e centrais e isso já é uma performance razoável", considerou.

Junta Comercial abrirá 15 novos escritórios no Paraná

29/06/2011- O Estado do Paraná

O governo do Paraná vai abrir 15 novos escritórios da Junta Comercial interior do Estado até o fim deste ano. O primeiro foi inaugurado em Palotina em 23 de junho. Em julho, será a vez de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. A previsão é de que, até dezembro, sejam abertos de dois a três por mês. Atualmente, já contando com a unidade de Palotina, a Junta tem 43 agências no Estado.

"A intenção é expandir o número de agências para fazer chegar seus serviços o mais próximo possível dos empresários paranaenses e dar suporte ao empresário no desenvolvimento econômico do Estado", afirma o presidente da entidade, Ardisson Naim Akel.

A instalação dos novos escritórios da Junta Comercial resulta de parceria com as associações comerciais, sindicatos de contabilistas e municípios. A Junta é responsável pelo apoio técnico. "O profissional que trabalha no escritório é um servidor público estadual ou municipal que recebe treinamento para a função", explica Akel.

Em Palotina, a Associação Comercial e Industrial (Acipa) arcou com 50% dos custos. "Empresas locais investiram o restante", explicou a presidente da Acipa, Lara Beatrice Biezus. O prefeito de Palotina reforçou o compromisso da administração municipal com este projeto. "A prefeitura apoiou o projeto cedendo dois servidores municipais", informou o prefeito de Palotina, Luiz Ernesto de Giacometti.

Uniformidade

Além de ampliar o número de agências, a Junta Comercial tem como meta uniformizar a linguagem usada nas 43 agências. Neste mês, foi realizado em Ponta Grossa o Seminário de Registro Empresarial da Junta Comercial do Paraná (Jucepar). O evento reuniu técnicos e dirigentes para debater temas como registro público de empresas, arbitragem e guias de arrecadação.

“Todas as agências devem falar a mesma linguagem, de acordo com a aplicação de novas leis e procedimentos, para facilitar o registro e a legalização de empresas no Paraná”, disse o presidente Ardisson Naim Ackel.

Codefat aprova calendário de pagamento do Abono Salarial

29/06/2011- O Estado do Paraná

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou nesta terça-feira (28), o calendário de pagamento do abono salarial do exercício 2011/2012, referente ao ano-base 2010. Foram identificados com direito a receber o benefício 19,6 milhões de trabalhadores, um crescimento de 6% em relação ao exercício anterior. No total, serão pagos cerca de R\$ 10,7 bilhões provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os pagamentos começarão em julho, quando trabalhadores que possuem conta corrente/ poupança na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil terão o benefício creditado direto na conta. O depósito do benefício para os 5,4 milhões de trabalhadores de empresas quem têm convênio será feito no dia 18 do próximo mês.

Já os saques poderão ser feitos diretamente nas agências bancárias a partir do dia 11 de agosto, de acordo com o mês de aniversário do beneficiário, no caso dos trabalhadores cadastrados no Programa de Integração Social (PIS), ou pelo final da inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Já podem sacar o benefício em agosto trabalhadores nascidos em julho, agosto e setembro. Os inscritos no PASEP com final entre 0 e 7 também poderão sacar neste mês. O prazo para realizar o saque termina em 29 de junho de 2012.

Beneficiários

Têm direito a receber o benefício pessoas que trabalharam com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias em 2010, recebendo, em média, até dois salários mínimos, que, naquele ano, teve o valor de R\$ 510. Também é preciso estar inscrito no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) há cinco anos, ou seja, pelo menos desde 2006, e ter sido informado corretamente pelo empregador junto à Relação Anual de Informações Sociais (Rais 2010).

Onde receber

Os trabalhadores inscritos no PIS recebem o abono salarial nas agências da Caixa e os que tiverem Cartão Cidadão com senha cadastrada também podem fazer o saque em Lotéricas, Caixa de Autoatendimento e postos do Caixa Aqui. Os inscritos no PASEP recebem no Banco do Brasil. Para sacar, devem apresentar um documento de identificação e o número de inscrição no PIS ou PASEP.

Balanço

Até o dia 26 de junho, 17.434.137 trabalhadores já haviam sacado o abono salarial referente ao exercício 2010/2011, com uma taxa de cobertura de 94,22% e um dispêndio de R\$ 8,759 bilhões do FAT. Nesse exercício foram identificados 18,5 milhões com direito a receber o benefício, com previsão de pagar R\$ 9,642 bilhões.

Os trabalhadores que não sacarem o abono salarial até esta quinta-feira (30) perdem o benefício. A data não será prorrogada e o valor não sacado pelos beneficiários retorna para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

CALENDÁRIO PIS – PAGAMENTO NA CAIXA

NASCIDOS	RECEBEM A	RECEBEM
EM	PARTIR DE	ATÉ
JULHO	11 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
AGOSTO	17 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
SETEMBRO	24 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
OUTUBRO	14 / 09 / 2011	29 / 06 / 2012
NOVEMBRO	21 / 09 / 2011	29 / 06 / 2012
DEZEMBRO	28 / 09 / 2011	29 / 06 / 2012
JANEIRO	18 / 10 / 2011	29 / 06 / 2012
FEVEREIRO	20 / 10 / 2011	29 / 06 / 2012
MARÇO	27 / 10 / 2011	29 / 06 / 2012
ABRIL	10 / 11 / 2011	29 / 06 / 2012
MAIO	17 / 11 / 2011	29 / 06 / 2012
JUNHO	22 / 11 / 2011	29 / 06 / 2012

CALENDÁRIO PASEP – PAGAMENTO NO BANCO DO BRASIL

FINAL INSCRIÇÃO	DA INÍCIO DE PAGAMENTO	ATÉ
0 e 1	10 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
2 e 3	17 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
4 e 5	24 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
6 e 7	31 / 08 / 2011	29 / 06 / 2012
8 e 9	06 / 09 / 2011	29 / 06 / 2012

Com informações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Regras restringem biotecnologia no país

29/06/2011- Valor Econômico

A Extracta foi, em 2004, a primeira empresa brasileira a conseguir uma licença do Ministério do Meio Ambiente para buscar na natureza substâncias de interesse comercial. Instalar a estrutura para prospecção custou US\$ 5 milhões e, a cada ano, são investidos outros US\$ 500 mil. A companhia já identificou entre as substâncias seis fortes candidatas a se transformar em medicamentos, mas mantém as descobertas trancafiadas. O motivo é a impossibilidade de patentear os resultados de suas pesquisas no Brasil.

A legislação brasileira não permite a patente de substâncias naturais, mesmo quando isoladas. A lei brasileira está em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que deixa a cargo dos países a definição sobre organismos vivos. "No Brasil, houve uma opção pela proteção mínima obrigatória", afirma o presidente do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi), Jorge Ávila. Ele cita EUA, Japão e China como países que fizeram uma opção diferente da brasileira, por patentear substâncias naturais.

Pela falta de possibilidade de registrar a propriedade intelectual no Brasil, a Extracta já encolheu a equipe inicial, de 60 cientistas, para 17. Por conta disso também, mantém distante do mercado substâncias que consistem em promessas de tratamento ou cura para infecções hospitalares, enfisema pulmonar, asma, tuberculose, hepatite C, diabetes tipo 2 e doença de Chagas.

Algumas pesquisas da Extracta estão atrasadas por falta de investimento. "O investidor até acredita que o produto será maravilhoso, mas não tem como garantir que não seja imediatamente copiado", afirma o diretor-presidente da empresa, Antônio Paes de Carvalho. Mesmo depois que a substância é isolada e tem suas propriedades confirmadas em testes, a Extracta tem dificuldade de chegar ao mercado. "Nenhuma indústria vai pagar as licenças sabendo que qualquer concorrente, sem nenhum investimento, poderá imitá-la", diz.

Carvalho diz que já pensa em patentear as substâncias no exterior. O executivo calcula em US\$ 10 mil o gasto anual para manter a propriedade nos 20 principais mercados do mundo. Dessa maneira, ele diz esperar, entretanto, que a compra das licenças torne-se atraente às empresas estrangeiras. Caso alguma delas se interesse pelo mercado brasileiro, os produtos fabricados a partir da biodiversidade brasileira poderão ser vendidos no país.

Registrar as patentes de substâncias naturais no exterior é uma prática incentivada pelo Inpi, que pode atuar como intermediário nesse processo. Ávila, presidente do órgão, diz que esse é um entrave ao avanço da biotecnologia no país, já que grande parte das pesquisas brasileiras na área envolve esse tipo de substância. "Minha impressão é que o Brasil tem um potencial imenso, mas precisamos ajustar o ambiente regulatório para a indústria deslançar", diz.

A Natura também defende mudanças na legislação brasileira para biotecnologia. O presidente da empresa, Pedro Passos, aponta como uma das maiores dificuldades a demora de dois a quatro anos que leva para uma companhia receber autorização para fazer pesquisas com plantas localizadas em áreas de reserva. "Essa regra foi feita por conta da preocupação com pirataria, mas criou uma restrição tão grande que impede pesquisas sobre a biodiversidade brasileira", diz.

O avanço da legislação envolve questões mais complexas, como o respeito às comunidades indígenas que vivem no local da prospecção. Eduardo Giacomazzi, diretor-executivo da BrBiotec - que reúne entidades e empresas de biotecnologia - diz que esse não precisa ser um entrave à pesquisa. Ele defende soluções para beneficiar essas comunidades, como a criação de um fundo por empresas que se beneficiam economicamente da exploração das substâncias naturais.

A BrBiotec apresentou nesta semana um mapeamento do setor de biotecnologia brasileiro na maior convenção internacional da área, realizada em Washington.

O levantamento mostra que o país tem 237 companhias de biotecnologia, concentradas na região Sudeste. A maior parte dessas empresas (39,7%), dedica-se às pesquisas voltadas à saúde humana. A maioria (56%) tem receita anual de até R\$ 2,4 milhões e 85% empregam mais de 50 pessoas. O financiamento público é utilizado por 78% delas, enquanto apenas 14% das companhias usam recurso provenientes das empresas de capital de risco.

Fundos levantam R\$ 1,8 bi com IPOs

29/06/2011- Valor Econômico

Os fundos de "private equity" têm enfrentado o mau momento da bolsa de valores brasileira e levado adiante os planos de abrir o capital das empresas das quais são sócios. Apesar do desconto pedido pelos investidores, a venda dos papéis nas ofertas públicas iniciais (IPO, na sigla em inglês) proporcionou retornos atraentes aos cotistas.

Apenas este ano, os fundos embolsaram aproximadamente R\$ 1,8 bilhão nas aberturas de capital realizadas no mercado brasileiro - o número não inclui a oferta da Arcos Dorados, master-franqueadora do McDonald's, feita em abril na Bolsa de Nova York e uma das maiores.

Das dez aberturas de capital realizadas na bolsa brasileira até o momento em 2011, seis contaram com a participação de fundos na venda. Além de monetizar o investimento, levar as empresas do à bolsa aumenta a liquidez da posição e facilita a saída futura. Em muitos casos os fundos ficaram nas companhias por quatro a seis anos. Mas há exemplos de investimentos-relâmpago, com saída parcial em menos de um ano.

O maior retorno absoluto foi obtido pela Tarpon, que multiplicou por cinco o valor da participação adquirida no final de 2007 na varejista de calçados Arezzo. Na ocasião, a companhia foi avaliada em R\$ 305 milhões e acabou chegando à bolsa valendo R\$ 1,68 bilhão. O fundo vendeu parte das ações que detinha por pouco mais de R\$ 160 milhões.

A Arezzo realizou a abertura de capital mais bem sucedida do ano, mas, mesmo no caso de ofertas que saíram com dificuldade, os private equity conseguiram obter retorno com o investimento. Foi o caso da Qualicorp, empresa de gestão e venda de planos de saúde que no ano passado recebeu um aporte do Carlyle. Apesar de o preço por ação na oferta ter sido definido abaixo do piso da faixa indicativa, o fundo norte-americano garantiu um ganho de 65% em prazo curtíssimo.

O movimento de venda também pode estar ligado à percepção de que a bolsa ainda encontra-se em níveis de preço elevados. O diretor responsável pelo Carlyle no País, Fernando Borges, havia afirmado, meses antes do IPO da Qualicorp, que considerava a bolsa brasileira cara, o que favorecia quem estava na ponta vendedora.

O retorno obtido com a venda nos IPOs é um sinal de que os fundos têm cumprido o papel de adicionar valor às empresas nas quais investem, diz o presidente da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP), Sidney Chameh. Para ele, a decisão de saída das companhias é fruto do ciclo natural de investimento e não está diretamente ligada ao momento da bolsa, segundo Chameh. "Se o fundo consegue uma remuneração atraente no IPO e a empresa ainda tem potencial de crescimento, quem compra também ganha", afirma.

De acordo com a advogada Eliana Chimenti, sócia do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice, não há uma única razão para a saída dos fundos via bolsa. "Existem desde casos em que o gestor ficou satisfeito com a precificação da empresa até a

necessidade de monetização do investimento para os cotistas", diz. A queda recente da bolsa não mudou os planos dos fundos que desejam vender parte das ações das empresas que detêm no portfólio, segundo a advogada. O Machado Meyer trabalha atualmente com 15 processos de oferta, várias das quais contam com capital de private equity. Os fundos também devem atuar ativamente na venda de papéis de empresas que já estão listadas no mercado.

TST discute terceirização em audiência pública

29/06/2011- Valor Econômico

Ao decidir ontem que as empresas de telefonia não podem terceirizar serviços de call center, um precedente que pode afetar diversas empresas no país, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) anunciou uma medida inédita: a terceirização será debatida pela Corte em uma audiência pública. Esta é primeira vez que o TST promove uma reunião desse tipo, extrapolando a análise de aspectos meramente jurídicos para ouvir a opinião de empresas e trabalhadores sobre as causas e os efeitos das subcontratações - uma das discussões mais polêmicas na Justiça Trabalhista, travada em milhares de ações de sindicatos e empregados.

Na segunda-feira, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, havia interrompido o julgamento de uma ação de um trabalhador questionando a terceirização do call center da TIM em Minas Gerais. O placar estava em oito votos contrários à terceirização e cinco admitindo essa possibilidade. Dalazen seria o último a votar. O assunto estava em discussão na Seção Especializada em Dissídios Individuais, reunida em sua composição plena, de 15 ministros. Como a seção é responsável por unificar a jurisprudência do tribunal, o resultado era muito aguardado.

Mas ontem Dalazen voltou atrás e decidiu proferir seu voto, seguindo o entendimento da relatora, ministra Maria de Assis Calsing, contrário à terceirização. O ministro Carlos Alberto Reis de Paula não votou por estar impedido. Com isso, venceu a tese dos trabalhadores, por nove votos a cinco. Procurada pelo **Valor**, a TIM informou que aguardará o encerramento do processo para se manifestar.

Na segunda-feira, embora a contagem dos votos já sinalizasse um ganho de causa para os empregados, o presidente do TST havia pedido vista para promover um debate mais amplo sobre o assunto. Foi quando ele sugeriu a audiência pública. "A meu juízo, essa matéria reveste-se de uma relevância extraordinária do ponto de vista social, econômico e até político, e não se cinge estritamente à questão do call center", afirmou Dalazen, acrescentando que o debate gira em torno do que configura exatamente a atividade-fim de uma empresa.

A jurisprudência do TST admite apenas a terceirização das atividades-meio - em linhas gerais, tudo aquilo que não se insere no negócio principal. É consenso que serviços de limpeza e segurança, por exemplo, podem ser terceirizados. Mas em outros casos - como a instalação de redes, que também afeta a área de energia - não há acordo a respeito da classificação como atividade-fim ou atividade-meio. Ontem, ficou definido que os serviços de call center das empresas de telefonia configuram atividade-fim.

Embora a decisão envolva a penas a TIM, o precedente indica como a Corte poderá votar em outros processos envolvendo as demais operadoras, assim como o destino

de quase 1,5 milhão de trabalhadores em call centers no Brasil, segundo dados da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel).

Ao proferir seu voto ontem, Dalazen explicou que voltou atrás sobre a realização da audiência pública porque o julgamento da TIM já estava praticamente concluído quando ele pediu vista. Para ele, o correto seria marcar a audiência dentro de um novo caso cuja análise ainda não tenha começado. "A experiência do Supremo Tribunal Federal (STF) é a de a audiência pública ser prévia, e não posterior ou no curso do julgamento", afirmou.

A expectativa é de que os ministros se reúnam ainda antes do recesso de julho para escolher um caso a ser discutido com a sociedade. Mas ainda não há data para a reunião. A proposta foi elogiada por advogados de empresas e trabalhadores. "Muitas vezes os juízes observam apenas o lado jurídico da questão, mas há muito mais que isso", afirma o advogado trabalhista Roberto Caldas, que defende empresas de telecomunicação. O debate em torno da terceirização envolve todas as concessionárias de serviços públicos. Além das telecomunicações, um dos setores mais afetados é o de energia elétrica.

A terceirização de serviços é objeto da Súmula nº 331 do TST, que proíbe a subcontratação de atividades-fim. Trabalhadores argumentaram que o call center se insere nessa classificação. "O serviço de telefonia inclui atendimento a clientes, venda, reclamações e cobrança", sustentou o advogado Wenderson Ralley, que atua no caso da TIM. Já as operadoras defendem que sua atividade-fim envolve apenas as ações que possibilitam, diretamente, a oferta de telecomunicação, e o call center seria um serviço especializado.

Por trás das alegações teóricas estão divergências quanto aos efeitos práticos da subcontratação. Empresas afirmam que ela traz eficiência, reduz custos e possibilita a expansão de serviços de interesse público com tarifas menores. Trabalhadores argumentam que a terceirização é sinônimo de precarização do trabalho e fragmentação dos sindicatos. "Os terceirizados não têm os mesmos direitos, ainda que exerçam suas atividades dentro da empresa e sigam suas normas internas", afirma Juan Sanchez, membro da diretoria executiva da Fittel. Ao mesmo tempo, o assunto é debatido no Congresso Nacional em dois projetos de lei - um deles restringe e outro amplia as possibilidades da terceirização.

A discussão sobre o conceito de atividade-fim se acirrou com a Lei nº 8.987, editada em 1995 para regulamentar as atividades das concessionárias de serviço público, e a Lei Geral de Telecomunicações, promulgada dois anos depois. Atendendo à demanda das empresas, as normas ampliaram as possibilidades de terceirização, mas de uma forma confusa. Adicionaram uma nomenclatura ao debate, autorizando a terceirização de "atividades inerentes".

As empresas enxergam o termo como sinônimo de "atividade-fim", e vêm subcontratando um amplo rol de serviços com base nessa lei. Uma das estratégias das concessionárias é recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde a distribuidora de energia Eletroacre e a Vivo conseguiram, recentemente, duas liminares suspendendo decisões da Justiça Trabalhista contrárias à terceirização.

Presidente do BID destaca Brasil na América Latina

29/06/2011- Agência CNI

[Interamericano de Desenvolvimento \(BID\)](#), Luiz Alberto Moreno, declarou nesta terça-feira, 28 de junho, ao assinar acordos com a [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), em Brasília, que o Brasil é o país de maior destaque na América Latina. “Esta é a década da América Latina e por isso é importante fazer investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura. Sem dúvida, neste cenário, o Brasil é o país que mais brilha”, assinalou.

Moreno, que firmou com a CNI acordos de apoio a pequenas e médias empresas, destacou que a América Latina vive um momento excepcional, que deve ser aproveitado para ampliar o desenvolvimento. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, se disse otimista sobre o sucesso dos acordos e afirmou acreditar em mais parcerias com o BID. “O Banco pode ser um grande parceiro da indústria para aumentar a geração de emprego e a qualidade de vida dos trabalhadores”, sublinhou Andrade.

DIAGNÓSTICO - Um dos acordos beneficiará inicialmente 120 pequenas e médias empresas de Pernambuco, Ceará e Paraíba com um diagnóstico que permitirá eliminar as dificuldades delas para obter crédito. Trata-se do programa Finpyme, executado pelo BID em outros países pela sua subsidiária Corporação Interamericana de Investimentos (CII).

Um outro acordo firmado por Moreno e Andrade determina que o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Fundo Multilateral de Investimento, vinculado ao BID, investirão US\$ 4 milhões em programas de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores de micro e pequenas empresas. Serão beneficiadas 360 empresas do Distrito Federal e de cinco estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Roraima e Ceará.

Os presidentes do BID e da CNI assinaram ainda memorando prevendo, entre outras medidas, estímulo à transferência de tecnologia em qualificação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para países da América Latina, modernização dos centros tecnológicos do SENAI e compra de tecnologias avançadas em educação pelo SESI.